



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANELISE SCHÜTZ

**INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:
COM A PALAVRA, AS PROFESSORAS DAS SALAS DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS**

PORTO ALEGRE

2012

ANELISE SCHÜTZ

**INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:
COM A PALAVRA, AS PROFESSORAS DAS SALAS DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito final para obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Processos Inclusivos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof.^o Dr.^o Cláudio Roberto Baptista

PORTO ALEGRE

2012

AGRADECIMENTOS

Ao Henrique, pelo apoio e incentivo de todas as horas e também pela compreensão nos momentos de ausência;

Aos meus pais queridos, Luiz Alfredo e Maria Elisa, pela presença sempre confortadora, pela acolhida calorosa nas sextas-feiras e pela crença incondicional na minha capacidade;

Aos meus irmãos, Luis Fernando e Luis Felipe, pela amizade e apoio de toda uma vida;

Ao meu professor orientador, Claudio Batista, que tornou a realização deste trabalho possível;

Às colegas do curso, pela parceria, cumplicidade e por tornarem os finais de semana dedicados ao estudo prazeroso e inesquecível;

À equipe diretiva da minha escola, composta por Magda Beatriz, Magda Susana e Suzianne, pelo apoio e compreensão e por viabilizarem a minha participação no curso de especialização;

Às professoras que concederam as entrevistas para a realização deste trabalho, pela acolhida e disponibilidade;

À Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo, nas pessoas de Simone Lindenmeyer e Cristiane Sousa Costa, pelo tempo dispensado ao auxílio à coleta de dados;

À amiga e colega Sonia, pela ajuda e incentivo, além das trocas sobre as questões inclusivas.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a política de inclusão escolar na Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo – RS, com especial atenção dirigida às concepções e práticas relativas à educação especial e à oferta do atendimento educacional especializado. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, na qual se buscou valorizar diferentes fontes de informação. A busca de referenciais analíticos foi baseada na análise de produções acadêmicas sobre o tema, além de dispositivos legais e de orientação política para os processos inclusivos. Foram realizadas entrevistas com sete professoras que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais, além de um levantamento de dados coletados junto à Secretaria Municipal de Educação. Os dados relativos à educação especial mostram que o município possui 56 escolas de ensino fundamental, das quais 39 contam com Salas de Recursos Multifuncionais, que devem ser ampliadas para 45 até o final do ano de 2012. Estão matriculados na rede municipal 703 alunos em processo de inclusão. A rede de apoio é composta por instituições municipais e outras conveniadas, sendo atendidos 484 alunos da rede. A análise das entrevistas permite algumas conclusões: as professoras destacam que a educação especial no município está em processo de crescimento, avaliando que se encontra em uma caminhada e há progressos a cada ano; as profissionais consideram imprescindível o laudo da área da saúde para incluir o aluno no censo e no atendimento educacional especializado; as professoras do AEE reservam horários para conversar com os docentes das salas de aula e consideram a parceria entre todos os setores da escola importante, mas algumas se queixam que os professores ou componentes da equipe diretiva não buscam essa interlocução. Uma parte significativa das profissionais entrevistadas considera a rede de apoio insuficiente para a demanda e que há alunos desassistidos. Algumas professoras queixam-se de que as famílias poderiam se envolver mais no processo com os alunos atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão escolar. Atendimento Educacional Especializado. Articulação intersetorial.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 METODOLOGIA	07
3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	08
3.1 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	08
3.2 AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	11
4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO	13
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	16
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE	32

1 INTRODUÇÃO

Iniciei minha atuação no município de Novo Hamburgo no ano de 2008 como professora de séries iniciais. No ano de 2011, atuando como professora do primeiro ano do ensino fundamental, tive em minha turma um aluno com deficiência. O desafio de atender bem este aluno e promover a inclusão da melhor forma possível constituiu-se em motivação para que procurasse o Curso de Especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos. Em minha formação acadêmica inicial, na graduação em pedagogia, havia apenas uma disciplina que tratava de Educação Especial, a qual considerei insuficiente para subsidiar minha prática pedagógica com alunos em processo de inclusão.

Como professora de um aluno com deficiência, pude conhecer melhor a configuração da educação especial do município. Conheci os locais de atendimento que compõem a rede de apoio, onde eram realizadas reuniões periódicas para conversarmos sobre o aluno, acompanhadas pela assessoria da secretaria de educação. Também pude conhecer melhor o atendimento educacional especializado (AEE) realizado na escola.

Antes de iniciar minha formação em educação especial, já acompanhava o trabalho da professora que atua na Sala de Recursos Multifuncionais da escola em que trabalho e percebia a complexidade que envolve este trabalho e a importância da articulação deste com as outras instâncias da escola. Também percebia os diferentes entendimentos entre o corpo docente acerca da educação especial e da inclusão, o que se configura em um desafio para o profissional que atua no AEE.

Nasceu assim o meu interesse em pesquisar a configuração da educação especial em Novo Hamburgo e a forma como os profissionais das Salas de Recursos Multifuncionais percebem o trabalho que realizam nas escolas a partir das inquietações sobre as diferentes concepções e práticas de educação especial presentes especialmente nas escolas, e a complexidade que envolve a articulação entre o AEE e os demais espaços escolares, bem como dos diferentes profissionais que atuam nestes espaços.

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise sobre as concepções e práticas de educação especial no município de Novo Hamburgo, especialmente em

relação ao Atendimento Educacional Especializado que ocorre em Salas de Recursos Multifuncionais em escolas da rede municipal. O enfoque principal do trabalho é como os professores do AEE percebem seu trabalho e a interlocução deste com os demais espaços nas escolas.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi composta de entrevistas com os professores das salas de recursos e de coleta de dados junto à Secretaria Municipal de Educação.

O município de Novo Hamburgo possui 56 escolas de ensino fundamental, das quais 39 contam com Salas de Recursos Multifuncionais, que devem ser ampliadas para 45 até o final do ano de 2012. Estão matriculados na rede municipal 703 alunos em processo de inclusão. As escolas da rede são divididas em quatro regiões pela Secretaria Municipal de Educação, sendo que para cada região há uma assessora responsável pelo setor de educação inclusiva.

Realizei a coleta de dados em uma região do município, na qual estão localizadas onze escolas que possuem Salas de Recursos Multifuncionais. Foram entrevistadas sete professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado destas escolas. A coleta de dados junto à Secretaria de Educação foi realizada através de entrevistas, nas quais foram abordados os aspectos do acompanhamento junto às escolas, da rede de apoio municipal e questões relativas à gestão da educação inclusiva.

3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

3.1 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A oferta e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Educação de Novo Hamburgo, bem como a sua interface com o ensino comum, é um dos pontos centrais do tema da presente pesquisa. Portanto, neste capítulo, abordarei o Atendimento Educacional Especializado, sua definição e atribuições. Benincasa (2011) fala da oferta de serviços especializados em educação especial, contextualizando como se deu seu início no Brasil.

O atendimento Educacional Especializado, voltado a sujeitos com deficiência, teve seu início no Brasil, oficialmente, entre 1850 e 1860. Mais precisamente, em 12 de setembro de 1854, D. Pedro II fundou, no Rio de Janeiro, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, através do Decreto nº 1.428. Em 1891, a escola passou a denominar-se *Instituto Benjamin Constant* (IBC). Ainda D. Pedro II, por meio da lei nº 839, em 26 de setembro de 1857, fundou o *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos* (ISM), também no Rio de Janeiro, o qual, posteriormente passou a ser chamado Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (INSM) e, pela lei nº 3.198, de julho de 1957, pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). (p.48)

Após esse início, durante muito tempo, a frequência em espaços institucionais especializados foi considerada substitutiva da escolarização, sendo que as crianças atendidas não frequentavam o ensino regular. Ou seja, o atendimento educacional era considerado substitutivo à escolarização. Essa concepção perdurou no contexto nacional e, apesar da ênfase na inclusão escolar expressa pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, muitos alunos que constituem o público alvo da educação especial estiveram fora do ensino regular.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, publicada no ano de 2008, estabelece que a educação especial não deve ter caráter substitutivo ao ensino regular, e sim complementar ou suplementar, sendo definida como “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado”.

O documento estabelece que:

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas da sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.16).

Conforme Zardo (2011), a partir do momento da implementação da política, o AEE passa a diferenciar-se do ensino comum.

Embora vários documentos nacionais e internacionais já fizessem referência ao conceito de atendimento educacional especializado e o atribuíssem ao rol dos direitos imprescindíveis ao desenvolvimento de alunos da educação especial, somente em 2008 tem-se o esclarecimento desse serviço de forma articulada à escolarização. Ou seja, a partir desse momento, pelo menos em nível de orientação nacional – pois a prática pedagógica ainda exige revisões profundas – diferencia-se a escolarização do atendimento educacional especializado, e simultaneamente, articulam-se essas práticas como ações complementares e interrelacionadas.

O Decreto Nº 6.571/2008¹ define, em seu Art. 1º, § 1º, o AEE como “(...) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”.

O Atendimento Educacional Especializado se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. (BRASIL, 2008, p. 15)

Baptista (2011) aborda as Salas de Recursos e sua implementação como espaços prioritários para o Atendimento Educacional Especializado.

Entre os anos de 2005 e 2010, houve um grande investimento na sala de recursos como o espaço prioritário para a oferta do atendimento educacional especializado, assim como ocorreu o avanço do debate acerca das atribuições do professor que desenvolve este trabalho (BAPTISTA, 2011, p. 60).

Em relação ao professor especializado em educação especial, Baptista (2011) aborda a diversidade existente no contexto brasileiro e seus possíveis desdobramentos na formação específica deste profissional.

¹ Este decreto foi revogado pelo de número 7611/2011, mas seu conteúdo foi incorporado ao mesmo.

No que se refere à formação do professor responsável pelo AEE, as indicações da resolução são bastante genéricas: “ o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial” (Art. 12). Pode-se supor que essa formação específica será bastante diversificada, considerando-se as potencialidades de formação e os quadros existentes nos diferentes estados brasileiros. (BAPTISTA, 2011, p. 64).

As atribuições para o professor de AEE estão previstas no artigo 13 da resolução 04/2009 do CNE-CEB. Este documento estabelece que o profissional deve:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na Sala de Recursos Multifuncionais;
- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Conforme se pode observar em suas atribuições, o AEE deve ser um serviço em que haja interrelação com os demais setores, profissionais e ambientes da escola. O profissional responsável pelo AEE deve realizar o atendimento aos alunos na Sala de Recursos, elaborar recursos para que o aluno possa utilizar em sala de aula e outros ambientes, orientar os professores e as famílias sobre os recursos e estratégias para que os alunos participem das atividades escolares. Destaco a utilização da palavra “parceria” na quinta atribuição para salientar a importância das trocas entre os profissionais do AEE e da escola, bem como a oitava atribuição, que prevê a articulação com os professores das salas de aula.

É por concordar com a importância desta articulação que abordo neste trabalho a forma como os professores do AEE percebem a interrelação entre o

trabalho que desenvolvem nas Salas de Recursos Multifuncionais e o trabalho da escola como um todo.

Dorziat (2010, p. 9), abordando as relações entre os professores da Educação especial e os do ensino regular, destaca que “um sólido trabalho de equipe entre os educadores, tendo como objetivo uma confluência entre saberes, é uma das primeiras condições para o sucesso educativo”. Para essa autora, muitas vezes acontece uma polarização entre os educadores especiais e generalistas, o que se torna um desafio que deve ser enfrentado nas escolas.

3.2 AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Em Novo Hamburgo, o AEE ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas pelo MEC em escolas públicas a partir de 2005. O programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais:

é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar MEC/INEP. De 2005 a 2009, foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal, atendidos 4.564 municípios brasileiros - 82% do total (BRASIL, 2008).

Conforme documento elaborado por Alves (2006), publicado pelo Ministério da Educação e destinado aos gestores e educadores:

A iniciativa de implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, sua participação e aprendizagem (BRASIL, 2006, p. 12).

As Salas de Recursos Multifuncionais são equipadas com televisão, DVD's, equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados. Alves (2006) caracteriza o espaço e o atendimento realizado:

A sala de recursos é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento

cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular (p. 14)

No próximo capítulo, abordarei a educação especial e as Salas de Recurso Multifuncionais no município de Novo Hamburgo, no qual a presente pesquisa é realizada. Procurarei mostrar o trabalho relacionado à educação especial no município e sua configuração atual.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

A rede municipal de ensino de Novo Hamburgo possui 56 escolas de ensino fundamental. Todas têm alunos incluídos, não havendo classes ou escolas especiais na rede. Dentre essas escolas, 39 contam com AEE em Sala de Recursos Multifuncionais. Este número está sendo ampliado para 45 no ano de 2012. A decisão de ampliar o número de Salas de Recursos ocorreu por parte da política municipal, por haver uma adesão por parte dos gestores municipais ao programa educação para todos e, através deste documento, foi liberada para a rede a inscrição no sistema para a implementação dessas Salas de Recursos nas escolas. De acordo com a Secretaria de Educação, o município de Novo Hamburgo é o que possui mais Salas de Recursos Multifuncionais no Rio Grande do Sul.

Pelos dados do censo de 2010, existem 703 alunos incluídos nas escolas municipais. Abaixo, pode-se observar uma tabela onde constam os alunos da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo que são público-alvo da educação especial, de acordo com as tipologias.

Tipologia	Número de alunos
Cegueira	2
Baixa Visão	86
Surdez	13
Deficiência Auditiva	39
Surdo-Cegueira	1
Deficiência Física	152
Deficiência Mental	360
Deficiências Múltiplas	67
Autismo	10
Síndrome de Asperger	7
Síndrome de Rett	0
Transtornos Globais do Desenvolvimento	122
Superdotação	1

A Secretaria possui o Setor de Inclusão e Diversidade, que é responsável pela educação especial e também pelas questões de diversidade cultural. Para acompanhar o processo de inclusão nas escolas, a Secretaria dispõe de uma equipe composta de quatro assessores na área da pedagogia, uma psicóloga e um professor especialista do NAP. As escolas municipais são divididas em quatro regiões para facilitar o acompanhamento pela Secretaria, sendo que cada assessor pedagógico fica responsável por uma área.

Para selecionar os professores que ingressam nas Salas de Recursos do município não há um critério fixo estabelecido, sendo analisada cada situação separadamente. O professor da Sala de Recursos deve ter inicialmente formação na área da Educação, mas, no decorrer do trabalho, deve buscar formação complementar na área da educação especial.

O município promove cursos de duração de 40 horas para esses profissionais. A Secretaria de Educação realiza a formação continuada, promovendo encontros mensais com os professores de AEE de cada região. Além destes, é realizado um encontro geral envolvendo os profissionais das Salas de Recursos de toda a rede a cada dois meses aproximadamente.

No que se refere à política de formação continuada dos professores que atuam em salas de aula, a secretaria promove discussões nas escolas, o que ocorreu na Conferência Municipal de Educação, realizando um trabalho de escuta junto aos educadores. A partir desta conferência, foi manifestada pelos docentes a necessidade de formação abordando os processos inclusivos. A partir disso, foram promovidos pela Secretaria de educação no ano de 2011 encontros de formação sobre a temática da inclusão, tanto no horário de trabalho, quanto no período vespertino. No entanto, poucos professores da rede aderiram à proposta, participando dos encontros.

Anteriormente à atual política adotada pelo município, alinhada com a política de 2008 do MEC, o setor de inclusão da Secretaria Municipal de Educação dispunha de um documento no qual eram estabelecidos os parâmetros para o funcionamento das Salas de Recursos nas escolas. Essas salas atendiam os alunos que apresentavam dificuldades em aprendizagem, sendo que aconteciam reuniões periódicas com os outros professores da escola e com a equipe diretiva, não havendo um trabalho caracterizado pela articulação entre as Salas de Recursos e o trabalho desenvolvido nos demais espaços das escolas.

Na configuração do trabalho atual, não existe um documento de elaboração própria voltado à educação inclusiva no município. A Secretaria segue a legislação nacional no que tange à Educação Especial. A única especificidade no trabalho ocorre em relação à realização das adaptações curriculares nas escolas, que não estão explicitadas na legislação nacional.

No documento da primeira Conferência Municipal de Educação, estão explicitadas ações que buscam a elaboração de um currículo que contemple as

diferenças, adequando-as a cada aluno; construção de estratégias pedagógicas que possibilitem a aprendizagem por parte de todos, considerando os diferentes ritmos e potencialidades; promoção da participação de todos os alunos nas atividades curriculares e extracurriculares.

No município, ocorrem diversos serviços de natureza multidisciplinar que atendem os alunos da rede. No ano de 2011, 484 alunos receberam atendimento nos serviços que compõem a rede de apoio. O NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico) realiza atendimentos de psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia, psicomotricidade relacional, arteterapia, música e ludicidade, libras lúdico e grupos de familiares. O CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) oferece atendimento na área da psicologia e psiquiatria.

Além destas instituições, a universidade FEEVALE também realiza atendimentos aos alunos, bem como a APAE; estas oferecendo atendimentos na área da psicologia e da fonoaudiologia através de convênios. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município oferece a assistência aos alunos e suas famílias. Os alunos da rede municipal ainda podem frequentar o serviço de Equoterapia em instituição conveniada com o município.

A Secretaria acompanha a demanda de alunos com deficiência através dos professores de AEE nas escolas, dos Centros de Referência de Assistência Social e das matrículas realizadas nas escolas. O município oferece transporte adaptado aos alunos que apresentam dificuldades de locomoção, possuindo um veículo adaptado e está adquirindo mais dois micro-ônibus para atender a demanda.

As entidades de atuação em educação especial que recebem apoio técnico e financeiro do município são a APAE, que recebe transporte, repasse de verbas e cedência de profissionais, uma escola estadual de educação especial e a associação de Deficientes Físicos, sendo que as últimas contam com transporte oferecido pelo município.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Nas entrevistas realizadas com as professoras responsáveis pelo AEE, foram abordados: os aspectos da formação profissional; número e tipologias de alunos atendidos; aspectos relacionados ao diagnóstico dos alunos; ao trabalho realizado no AEE; a articulação deste com o trabalho da escola, bem como a participação das famílias; o funcionamento da rede de apoio e o suporte realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

As professoras Deborah² e Vera atendem a Sala de Recursos no turno da manhã, respectivamente seis e onze alunos. As demais professoras trabalham nos turnos da manhã e da tarde. A professora Carla atende 18 alunos; a professora Vera atende 11 alunos; a professora Lisiane atende cinco alunos; a professora Silvia atende 17 alunos e a professora Carolina atende 16.

A formação das sete professoras entrevistadas é bastante diversificada. Quatro possuem graduação em pedagogia. Das pedagogas, uma tem ênfase e duas possuem pós-graduação *latu sensu* em educação especial. Uma profissional é graduada em Artes com ênfase em Arte da Diversidade. Uma professora possui graduação em Psicopedagogia e outra em área não relacionada à educação (Magistério e Técnico em Radiologia). As duas últimas possuem pós-graduação *latu sensu* em educação especial.

Em relação à tipologia de alunos atendidos, as características apresentadas mostram-se bastante amplas, sendo mais recorrentes as deficiências auditiva, visual, mental e física. No entanto, encontram-se entre os alunos referidos crianças com dislexia, déficit de atenção, doenças genéticas, deficiências múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento e leucemia (no caso dos alunos com leucemia, as professoras explicam que estes necessitam do atendimento em virtude de faltarem muito às aulas).

Quanto ao diagnóstico, as professoras mostram-se enfáticas quanto à necessidade de um laudo de um profissional da saúde para a inclusão dos alunos no Censo e sua participação na Sala de Recursos Multifuncionais. Apenas duas

² Os nomes das professoras entrevistadas foram trocados para garantir o anonimato.

entrevistadas relatam a inclusão de alunos que não possuem laudo clínico no AEE. No entanto, essas professoras são categóricas ao afirmar que estes alunos estão em processo de investigação. Apenas uma profissional refere-se a alunos que estão no censo sem laudo de profissional da saúde.

Lisiane: Ano passado eu atendia alunos sem laudo, esse ano não, porque tem que estar no Censo para ser atendido. Daí o que precisa no Censo? Ter laudo. (...) Tem muitos alunos que precisariam ser atendidos (...), mas quem somos nós para ir acima dos médicos?

Carolina: Do meu ponto de vista, tem que ter o olhar do especialista ou dos especialistas que o pedagogo verifica se há necessidade. Hoje eu tenho 9 alunos que têm laudo, o restante são alunos em investigação. São todos encaminhados, (estão) em atendimento para que a gente possa incluir no censo.

Carla: Primeiro a gente tem que ter um laudo para o Censo e para freqüentar a Sala de Recursos. Um laudo de um médico, de um profissional. Se é só psicólogo, a gente solicita para os pais um neuro para ter o CID, a gente precisa ter um CID.

Silvia: Nós temos vários casos. Alguns a gente tem o laudo, o diagnóstico do médico, de avaliação genética, neurologista... Tem casos de alunos que as famílias não fazem a avaliação neurológica e a gente percebe a necessidade desse aluno. A orientação da SMED é que a gente não coloque todos os alunos. A gente tenta ser bem criterioso. Temos na escola três casos que as crianças não têm laudo, que estão no censo, estão na sala de recursos, com todo esse olhar de toda essa rede, por isso que eles não tem laudo da saúde. Mas a maioria tem laudo de neurologista.

O destaque ao diagnóstico realizado por profissionais da saúde evidenciado nas falas das professoras entrevistadas demonstra uma característica bastante presente no campo da educação especial, no qual há não apenas a contribuição de outros profissionais, mas uma valorização maior ao saber da saúde em relação à educação.

Não se trata de diminuir a importância dos atendimentos multidisciplinares prestados aos educandos, mas problematizar o enfoque clínico sobre o pedagógico na escola, que é o lugar onde os profissionais que atuam de fato: os professores. Estes devem conhecer as potencialidades de seus alunos e avaliar quais são as necessidades que eles apresentam no contexto escolar. Em relação a este aspecto, Bridi (2011) afirma:

Temos uma presença e uma sobreposição do saber médico sobre os outros campos disciplinares, incluindo a educação. Pautada a partir dos conceitos de normalidade e desviante (MOYSÉS, 2008) ou normal e patológico (VASQUES, 2008), a medicina, por meio de seu olhar clínico, realiza a ação de classificar, de decidir, de enquadrar. (p.40)

No que se refere à inclusão dos alunos com deficiência no censo escolar, aspecto que foi salientado nas entrevistas das professoras, Bridi discorre sobre a necessidade do laudo clínico:

No campo da educação especial, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e da (re)definição do público de alunos da educação especial, nos últimos três anos, vinha sendo feita a exigência de um diagnóstico clínico para a identificação do aluno com deficiência mental no contexto escolar e sua frequência no Atendimento Educacional Especializado. Tal exigência vinha causando desconforto talvez pela sensação de (re)vivenciarmos a forte presença clínica que constitui a história da educação especial, ou ainda, pela dimensão de desautorização sentida pela educação e pela educação especial, nesta circunstância, para decidirem sobre importantes dimensões do processo de escolarização dos alunos. (op. cit., p.54)

A autora sustenta que, a partir do ano de 2011, houve o abandono desta exigência, sendo que os alunos com deficiência puderam ser incluídos no censo a partir de uma avaliação e parecer do professor responsável pelo AEE. Bridi considera que esta é uma possibilidade oferecida à educação e à educação especial de “reapropriação de seus domínios”(p.54). No entanto, podemos perceber pelas falas das professoras que participaram da pesquisa que essa possibilidade ainda não é explorada, ao menos no que se refere ao município em questão.

Quanto ao processo de triagem dos alunos, as professoras reafirmam a necessidade do laudo médico, por vezes referindo-o como o ponto de partida. As professoras também detalham outros aspectos de como realizam esse processo, como são as entrevistas realizadas com os pais.

Lisiane: As crianças que têm o laudo, a primeira coisa no início do ano a gente faz uma entrevista com os pais. Depois nós conversamos com o aluno. Eu faço um trabalho para ir conhecendo o aluno, para depois ele começar a frequentar.

Carla: Tem que ter o laudo. Essa é a triagem. A gente conversa com a profe para ver onde que está a dificuldade. Em cima disso eu faço a minha avaliação e é onde a gente vai fazer o plano de atendimento. Em cima disso a gente trabalha com o aluno, tanto eu quanto a profe.

Aline: São alunos que apresentam laudo e são acompanhados pela SMED. São realizadas avaliações individuais, conversas com professores e entrevistas com as famílias.

Algumas das profissionais entrevistadas destacam o papel dos professores no encaminhamento dos alunos para a avaliação e apontamento das dificuldades encontradas no processo de aprendizagem.

Sílvia: Como a sala foi implantada em 2009, a gente seguiu com aqueles alunos que estavam na antiga sala de recursos, que tinha toda uma configuração diferente. A gente seguiu com aqueles alunos e hoje entram novos alunos na sala de recursos pelo critério dos conselhos de classe, as professoras trazem as situações em que o aluno tem muita dificuldade, apresenta algumas coisas que são relevantes para não aprender. Aí a gente faz encaminhamento para a família e a gente vai acompanhando.

Carolina: Normalmente, ela vem via os professores. A partir do conselho de classe, os alunos vêm são encaminhados, são avaliados. Se há necessidade esses alunos ficam.

Vera: Os professores estão mais atentos, já tem uma caminhada na inclusão. Os mais novos já têm no currículo.

Podemos observar, portanto, que, apesar do valor dado ao diagnóstico da área da saúde, os profissionais da educação são reconhecidos em seu papel de identificar os alunos que possam apresentar deficiência, a partir da observação e avaliação de seu aproveitamento e comportamento em sala de aula. Muitas vezes são eles que indicam quais alunos necessitam do AEE.

No que diz respeito à frequência, duração e formato dos atendimentos, as professoras relataram que o atendimento ocorre semanalmente, com a duração média de cinquenta minutos, o que corresponde a um período e de forma individual.

Lisiane: É através de jogos, muitos jogos, através do computador, a gente pega jogos de computador também e o que os professores me passaram. Quando os professores passam, em cima disso que eles me dão, eu pesquiso para a gente fazer o trabalho.

Sílvia: Os alunos são atendidos individualmente uma vez por semana. Alguns eu peço para vir mais de uma vez nesse horário que eu tenho de planejamento, quando eu percebo a necessidade.

Carla: Só tem uma dupla, que os dois são da mesma turma e têm a mesma dificuldade. Não digo a mesma dificuldade, mas se aproximam.

No relato das atividades desenvolvidas com os alunos, as professoras descrevem diversas estratégias. Todas destacam que a intervenção é diferente para cada aluno atendido, pois depende das necessidades individuais apresentadas. As profissionais demonstram a preocupação de realizar um trabalho vinculado ao que os alunos estão vivenciando em sala de aula. Há a prevalência de jogos e adaptação de atividades que alguma professora de sala de aula comum traz. A professora Vera refere o uso da tecnologia assistiva em seu trabalho, citando o uso de um programa de computador que cria pranchas de comunicação (*Boardmaker*).

Carla: Com os menores, para alfabetização, a gente sempre começa com um jogo de quebra-cabeça, ou depende o nível para ver. Aí, como eu tenho a estante separada, eu peço para o segundo jogo ele escolher. Daí eu vejo se ele tentou pegar um que ele precisa pensar muito ou um mais fácil que é de montar... O que eu pego às vezes é para puxar mais para esse lado da alfabetização. Então por esse lado assim a gente vai tentando.

Vera: Eu tento trabalhar de várias formas. Uso o Boardmaker. Também uso jogos normais.

Carolina: As atividades são variadas, porque são de acordo com a necessidade de cada aluno. Normalmente o que eu busco é adaptar o que o professor está trabalhando em sala de aula, eu procuro adaptar à condição de aprendizagem do aluno. (...)Eu faço muito trabalho com a atividade que a professora traz para mim, eu busco um outro trabalho em cima de jogos.

Também duas professoras relatam que auxiliam na adequação ou realização de provas para alunos que frequentam o AEE. Nos casos referidos, as profissionais contam que foram procuradas pelas professoras de sala de aula, que demonstraram preocupação quanto à aplicação do instrumento de avaliação para os alunos, sendo que um havia realizado a prova e não conseguiu obter um bom desempenho. Na situação trazida pela professora Carla, a docente refletia se a prova estaria adequada para aplicação a um aluno específico atendido na Sala de Recursos.

Carla: Sempre que os professores têm dificuldade ou nos momentos de prova: "Aí, o que tu achas de nós fazermos essa prova, me ajuda..." A gente sempre está trocando ideias.

Silvia: A professora veio me mostrar a prova e disse que o aluno foi muito mal. E ele não tem deficiência intelectual. Então por isso que eu resolvi, eu disse: "Ah, não, mas vamos refazer essa prova". E daí a profe aceitou e a gente fez. Expliquei para ela como é que ia ser feito e ela concordou e a gente reviu essa nota dele.

A professora Silvia, ao detalhar aspectos do trabalho desenvolvido, destaca que as atribuições que envolvem a atuação do profissional responsável pelo AEE são amplas, envolvendo o atendimento aos alunos, às famílias e aos professores. As professoras Vera e Deborah relatam que, em alguns casos, acompanham os alunos nos atendimentos na área da saúde.

De acordo com as profissionais, esse acompanhamento se faz necessário na medida em que nem sempre as famílias buscam e comparecem aos atendimentos e nem sempre compreendem a fala dos profissionais da saúde.

Silvia: Não é só atividade pedagógica que se faz. Tem a assessoria para os professores também. Às vezes, tu acalmas o professor. Então não é só material. É um contexto que tu trabalhas. Tem esse trabalho também de ajudar as famílias. Tem o caso de um menino que a mãe estava

preocupada com o medicamento, então às vezes não dava. Então a gente tentou organizar para que ela conseguisse dar o medicamento e ele viesse para a escola.

Vera: Eu faço uma articulação com o pessoal da medicina do posto de saúde, eles já pedem encaminhamento para especialistas, então segue para a central de consultas, de lá vai para um centro de especialidades médicas e, na maioria dos casos, eu venho acompanhando as consultas dessas crianças.

Deborah: Em alguns casos, eu acompanho as consultas dos alunos, vou com as famílias. Porque às vezes precisam desse acompanhamento.

No que se refere ao acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços da escola, a maior parte das professoras relata que este é realizada principalmente através do que os professores de sala de aula trazem sobre os alunos. A professora Aline e a professora Silvia afirmam realizar o acompanhamento dos alunos em sala de aula ou no pátio.

Silvia: Em alguns casos eu vou para a sala, daí eu assisto à aula: “Ah, tu estás trabalhando isso? Então quem sabe a gente faz essa atividade”.

Aline: Realizo o acompanhamento dos alunos no pátio e na sala de aula.

A professora Carla relata que o acompanhamento aos alunos em processo de inclusão ocorre quando a professora que está em sala de aula pede o auxílio em virtude de alguma situação de dificuldade.

Carla: Hoje, a AFA (estagiária de apoio à inclusão) não veio. Então a professora mandou me chamar para ver um aluno que estava com a tesoura na mão, ameaçando. Daí fui lá, descí, conversei com ele, trouxe para cima... Conversamos, nos acertamos e ele foi para a sala. Às vezes a AFA não consegue assim, não digo dominar o aluno, mas ter esse jeitinho com ele. Daí ela vai até o limite dela. (...) Daí eu vou lá, dou um apoio para ela, para a profe também. Em qualquer sala isso acontece.

Sobre a articulação entre todos os setores e profissionais da escola para que ocorra a inclusão dos alunos, as professoras destacam a importância de que essa parceria ocorra. Corroborando, Dorziat (2010) afirma que “as demandas da escola atual exigem um trabalho de grupo, multidisciplinar, em que as diferenças, e todas as suas implicações, sejam consideradas, explicitadas e negociadas” (p.15). As professoras salientam a necessidade do envolvimento de toda a escola para a ocorrência de um trabalho bem sucedido.

Carolina: Eu tive grandes momentos nessa escola em que, com a parceria dos professores e da equipe diretiva, o trabalho fluiu, a criança evoluiu, os pais se sentiram gratificados e isso é muito importante.

Silvia: a gente tem muita troca aqui. Da equipe diretiva, das professoras, até mesmo das tias, da guarda municipal. Tudo que elas observam em questão da inclusão, do aluno de inclusão, elas vêm me trazer. Então a gente tem muito isso, de troca, de conversa, de informação.

Em relação às trocas com as professoras das salas de aula comuns, todas as professoras afirmam que possuem horários reservados para que ocorra essa articulação.

Sílvia: A gente tem um horário, contempla um horário para cada professor. Alguns professores vêm até mais vezes do que naquele horário trocar, no corredor, no recreio, em outros momentos. E alguns professores são mais resistentes, eles não percebem a necessidade dessa troca. Eles entendem que o planejamento ou a correção de provas é mais importante.

Lisiane: Eles (os professores) têm o período da hora atividade para virem me procurar. E eles estão planejando: "ai, agora não posso, eu tenho outras coisas". Isso é uma briga que a gente tem bem grande. Porque assim, eles não vêm. Poucos professores me procuram.

Carolina: Todos os professores têm um horário comigo no dia de planejamento, que é onde eu fico sabendo como estão trabalhando e o que estão trabalhando, como eu devo me articular e como eles devem se articular.

Vera: Eu tenho um horário destinado para cada professor. A gente conversa bastante. A gente tem um trabalho muito ligado, muito bacana. A gente já se encontra e fala as novidades.

Carla: No planejamento, os professores têm os horários. Os professores vêm, a gente conversa, troca materiais. Com os professores da área é mais difícil, (...) não tem um horário bem fechado para mim. Então às vezes eu tenho que ir, ou no recreio, ou de porta.

Aline: As trocas acontecem em momentos agendados, onde são combinadas algumas atividades que serão trabalhadas e ocorre a avaliação do que está sendo feito.

Considero importante destacar que a fala das entrevistadas revela que as professoras do AEE mostram um movimento de esforço maior para que ocorra a articulação, buscando os professores para conversar e realizar as trocas necessárias. Alguns dos docentes de sala de aula buscam os professores do AEE apenas quando necessitam de um auxílio específico, mas nem sempre utilizam os horários reservados para as trocas, considerando que possuem tarefas mais importantes para cumprir no horário do planejamento.

Nesse sentido, as falas das entrevistadas vão ao encontro do que refere Tezzari (2002), pois indicam que, em muitos casos, a iniciativa pelas trocas e articulações junto aos professores de sala de aula parte das profissionais do AEE, por entenderem que essa parceria é necessária e parte importante do trabalho.

Um número significativo de professores da Sala de Integração e Recursos destaca em sua fala que a busca pelos encontros, o agendamentos prévio e a tentativa de garantir esse espaço, parte sempre da SIR. Apesar de os professores de sala de aula considerarem esse espaço importante e com reflexos positivos em seu trabalho junto aos alunos, ficam, conforme os professores da SIR, em uma posição passiva, esperando que esses encontros sejam marcados. (p. 143)

As professoras consideram que essa articulação é muito importante para que ocorra o progresso com os alunos atendidos. As situações nas quais as profissionais consideram que obtêm mais resultados em seu trabalho são aquelas em que os docentes mostram-se envolvidos e parceiros para que possam obter progressos com os alunos.

Carolina: Os avanços ocorrem principalmente com professores que apostam nesse aluno, participam do trabalho. Isso faz com que esse aluno cresça. Isso é primordial. Apesar de que hoje nessa escola acontece casos de professores que não aceitam. Não tendo essa parceria, é muito difícil que o trabalho ocorra. Se não houver esse diálogo entre o professor do AEE e o professor da sala de aula, fica muito difícil.

Silvia: Quando a gente consegue amarrar bem esse vínculo com o professor, rende o trabalho, tanto na Sala de Recursos como na sala de aula, todos saem ganhando.

Sobre o acolhimento dos alunos nos diferentes espaços e instâncias da escola, as professoras entendem que os alunos sejam bem acolhidos pelos colegas e professores.

Silvia: A nossa escola tem um perfil inclusivo. A escola acolhe esses alunos, tem uma preocupação com a aprendizagem. Os alunos de inclusão participam de todos os projetos na escola.

A professora Lisiane relata que os alunos mostram facilidade de se relacionar com os colegas em processo de inclusão. No entanto, alguns professores ainda mostram dificuldades. Assim como outras colegas, a profissional aponta que ainda há uma resistência por parte de algumas professoras em relação à inclusão. A profissional acredita que essa resistência ocorre em virtude da insegurança dos docentes.

Lisiane: Pelos alunos, ele é tratado como uma criança normal. Muitas vezes os professores não aceitam. Não aceitam com aquele medo, "eu não vou conseguir dar conta", uma insegurança dele mesmo.

Nesse sentido, é necessário que se possam avaliar os motivos pelos quais os professores mostram-se resistentes e inseguros. O relato trazido revela a importância de se construir um trabalho colaborativo entre a professora do AEE e a docente de sala de aula para que se possa diminuir a insegurança. É importante o desenvolvimento de práticas pedagógicas “que reconheçam as diferenças e que se voltem ao trabalho na diversidade implica também profundas mudanças no trabalho em equipe, fazendo-se necessário que os educadores apoiem-se mutuamente” (DALENOGARE, 2009, p. 14).

Algumas das entrevistadas destacam a importância de seu papel para a inclusão efetiva destes alunos, e que estes não sejam discriminados no ambiente escolar.

Carolina: Eu procuro buscar com que os professores entendam essa condição dessa criança e que essa condição não seja marginalizadora, e sim compreendida. Que as pessoas entendam, porque existe um rótulo.(...) Nessa escola é muito complicado em termos não dos professores, mas do grupo de trabalho que existe na escola hoje.

Lisiane: Isso eu passo para os professores. Para eles terem um olhar diferente. Para essa criança. Porque essas crianças têm potencial. De repente, elas não têm potencial em escrever, mas elas têm potencial em outra coisa,

A professora Carolina salienta que o acolhimento ao aluno não é só responsabilidade da escola e dos profissionais que nela atuam, mas da disponibilidade de recursos humanos necessários, que não dependem apenas da escola, mas da estrutura oferecida pelo município.

Carolina: O que eu vejo não é uma questão de escola, é uma questão da Secretaria de Educação. Hoje nós temos casos de alunos que necessitariam de um apoio mais específico de um técnico. Porém, hoje, a Secretaria de Educação não dispõe. Só que eu vejo que isso não pode acontecer. A partir do momento em que tu recebes um aluno e a lei ampara para isso, esse aluno precisa que todo esse respaldo seja garantido.

As professoras Vera e Carla destacam o momento de elaboração do Plano Político Pedagógico nas escolas como uma oportunidade de abordarem a temática da educação inclusiva, tendo espaço em reuniões pedagógicas para discussão do tema. Essa fala evidencia que a inclusão é um aspecto referendado nos planos políticos das escolas da rede municipal, mas que, em contrapartida, ainda é um

assunto pouco tratado nas reuniões pedagógicas de rotina, ficando restrito a momentos específicos de discussão.

Vera: Agora a gente está trabalhando bastante no Projeto Político Pedagógico, mas eu vejo muito a necessidade de dar continuidade a todas essas explicações, a todo esse estudo. (...) Embora o pessoal seja bem aberto, sempre precisa de orientações.

Carla: A última reunião, nós tivemos sobre o PPP que a gente está fazendo. E tem uma parte que foi sobre o AEE. Então essa parte eu trabalhei com os professores.

A maior parte das professoras acredita que a função e a importância do AEE é valorizada tanto na escola, quanto pela comunidade, evidenciando que o trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais já possui um reconhecimento.

Carolina: Em função da grande maioria dos professores, eu acredito que seja um trabalho muito bem aceito. É um trabalho feito em parceria, há um reconhecimento.

Silvia: Eu acho que já tem uma caminhada. Esse reconhecimento hoje acontece. Houve tempos em que não acontecia. Eu vejo que esse ano está bem valorizado, pelos professores, pelas famílias.

Carla: Eles têm essa noção de que é importante, que eles têm de vir, esses alunos e esse apoio que eu dou a esses professores também. Então eles reconhecem.

Quanto ao suporte oferecido pela Secretaria Municipal de Educação, a maior parte das entrevistadas sente-se bem atendida e assessorada. Como o acompanhamento ocorre principalmente pela assessora responsável pela região em questão, as profissionais destacam o papel importante que esta representa, mostrando-se bastante presente nas escolas.

Vera: Eu vejo o acompanhamento muito bom e eu sei que tudo isso é uma caminhada. Nenhum de nós sabe tudo, eles também não sabem, mas eu vejo que tem uma busca para realmente suprir aquilo que nós temos de necessidade.

Carla: Na nossa reunião, eu percebo que ela (assessora da Secretaria Municipal de Educação responsável pela região) está sempre aqui. Quando a gente precisa, alguma dúvida, alguma coisa, ela consegue. Se não consegue solucionar, ela vai adiante e tenta, pelo menos. Mas sempre dando respostas, vindo aqui.

A professora Silvia destaca que a Secretaria busca estar presente nas escolas e atender às demandas, inclusive intermediando situações difíceis envolvendo as famílias dos alunos:

Silvia: Quando a gente conversou com a equipe diretiva, com a professora, comigo do AEE, e a gente não consegue atingir a família, a gente pede ajuda da SMED. Então vem a assessoria e faz algumas intervenções. Já aconteceram casos em que vieram a psicóloga e a assessora da educação inclusiva e foram na casa, conversaram com a família.

Esta fala exemplifica os aspectos da parceria com a Secretaria de Educação que as professoras referenciam ao elogiar a presença e o acompanhamento realizado pela assessora encarregada da região. No entanto, a professora Carolina reitera que, embora na maior parte das solicitações seja bem atendida, no seu entendimento a Secretaria de Educação deixa a desejar no provimento de recursos humanos. A profissional destaca que alguns alunos necessitam de profissionais de apoio na escola para que forneçam o suporte adequado.

Carolina: Em termos de Secretaria de Educação, na grande maioria das questões, sempre fui bem atendida. As questões maiores, de contratação de pessoal, que não acontece.

Em relação à rede de serviços e apoio oferecida pelo município, uma parte significativa das profissionais acredita que esta é insuficiente perante a demanda. Algumas professoras destacam que há alunos desassistidos e que necessitam da rede pública para serem atendidos. Esse fato ocorre principalmente com crianças em situação de vulnerabilidade social.

Carla: Verdadeiramente, a gente precisa ter mais: mais psicólogas, mais isso, mais aquilo e os apoios que precisa. Porque é assim, ó: são tantas vagas para tal região, e para tal região e para tal região. Então assim, a gente tem alunos que foram encaminhados para fono, para psicóloga ou para o NAP desde o ano passado, desde o ano retrasado.

Carolina: Hoje eu tenho casos de alunos que nós temos falhas muito sérias na área da saúde e na área da assistência social. (...) As crianças que têm uma vulnerabilidade social hoje estão muito desassistidas.

Silvia: Eu vejo que não é o ideal ainda. Tem vários alunos que precisariam dessa rede de apoio maior, uma ampliação de profissionais. Mas a gente entende que não se tem esses profissionais.

No aspecto relacionado à participação das famílias no processo de acompanhamento dos alunos atendidos, uma parte das profissionais relata que há famílias comprometidas, mas que em alguns casos a participação poderia ser mais efetiva. Há casos ainda em que as famílias não demonstram comprometimento algum, na visão das professoras.

Carla: Nós temos pouca participação das famílias. Poderíamos ter mais. A gente tem que insistir. Ou tem que fazer essa visita domiciliar. Mas tem alguns pais que já são mais comprometidos. (...) Tem pais que são super comprometidos e outros que não estão nem aí.

Aline: Procuo manter contato com as famílias. Em alguns casos a participação poderia ser mais efetiva por parte da família.

Silvia: Com algumas famílias é bem legal, bem tranqüilo, participam, vêm aqui, a gente pontua algumas coisas, eles vão atrás. Outros nem percebem a deficiência do filho. Quando a gente esgotou, conversou com a equipe diretiva, com a professora, comigo do AEE, e a gente não consegue atingir essa família, a gente pede ajuda da SMED.

Em vários momentos das entrevistas, as professoras utilizam a palavra “caminhada” para descrever a trajetória do trabalho AEE nas escolas do município. As profissionais percebem que há um avanço nos atendimentos, nas práticas pedagógicas das professoras de sala de aula, em relação à forma que os alunos atendidos, são vistos e acolhidos, no trabalho da Secretaria de Educação; enfim, nos aspectos da inclusão como um todo.

Vera: A cada ano eu acho que nós estamos melhorando esses atendimentos, enfim todo o processo.

Silvia: Tem coisas que a gente precisa melhorar, mas em muita coisa já se caminhou. (...) Eu lembro de anos atrás que a gente ia pro conselho (de classe) assim, como se fosse uma guerra. Hoje não, já está mais natural isso. A gente avalia o aluno pelo aluno, não pelo currículo do ano.

Lisiane: Já melhorou, outros anos era pior. A cada ano tá sendo mais valorizada a inclusão.

Esse aspecto evidenciado pelas professoras mostra o quanto elas acreditam que o trabalho relacionado à inclusão e ao AEE está progredindo. As professoras demonstram em suas falas comprometimento com o papel que exercem, de promover os processos inclusivos junto a todas as instâncias envolvidas (escola, família, rede de apoio e Secretaria de Educação), dessa forma contribuindo efetivamente para que a inclusão no município de Novo Hamburgo avance.

Ainda que se possa perceber essa caminhada pelas palavras das profissionais, estas destacam que ainda há aspectos a melhorar, dando continuidade ao trabalho de aprimorar os processos inclusivos na rede de ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, procurei analisar as concepções e práticas relativas à educação inclusiva no município de Novo Hamburgo. Para conseguir realizar a análise, foram feitos levantamentos junto à Secretaria Municipal de Educação, entrevistas com as professoras das Salas de Recursos Multifuncionais, além de busca de produções acadêmicas sobre o tema e de dispositivos legais que tratam dos processos inclusivos.

Na análise realizada, pude refletir sobre os dados que se apresentaram e com as contribuições das pesquisas de autores que referenciei no trabalho. Este processo permitiu estabelecer algumas conclusões sobre o tema explorado.

Em Novo Hamburgo, as Salas de Recursos Multifuncionais configuram-se como o principal dispositivo de atendimento aos alunos em processo de inclusão. Na rede, há Salas de Recursos na maioria das escolas de ensino fundamental e todos os alunos incluídos no censo escolar como público alvo frequentam estes espaços. São 56 escolas municipais e, até o final do ano, 45 Salas de Recursos Multifuncionais. Os alunos que estudam em escolas que não contam com AEE são encaminhados para atendimento em escolas próximas, de forma que todos têm a oportunidade de frequentar este serviço.

Em relação ao diagnóstico dos alunos que recebem atendimento nas Salas de Recursos, as profissionais entrevistadas consideram imprescindível o laudo de profissionais da área da saúde para incluir o aluno no censo e no atendimento educacional especializado. Como procurei explorar no capítulo de análise das entrevistas, trata-se de enfatizar a forte influência da saúde sobre a educação no campo da educação especial. Mesmo em se tratando de um atendimento pedagógico oferecido nas escolas, ainda prevalece o olhar da saúde no momento de realizar a avaliação dos alunos.

No entanto, a importância do olhar dos professores é evidenciada por parte dos profissionais do AEE no momento de identificar os alunos que possam compor o público alvo da Sala de Recursos. Portanto, a avaliação pedagógica existe e é valorizada, mas precisa ser abalizada posteriormente por um profissional da área da saúde para que os atendimentos possam ocorrer.

Pude concluir que as professoras do AEE valorizam e buscam a parceria das diferentes instâncias que compõem o espaço escolar, desde a equipe diretiva, as profissionais responsáveis pelos serviços de orientação e supervisão pedagógica, bem como os professores de sala de aula. Isso é demonstrado pelo fato de as professoras entrevistadas reservarem horários para conversar com os docentes das salas de aula.

No entanto, algumas se queixam que os professores ou componentes da equipe diretiva não buscam essa interlocução. As entrevistadas afirmam em diversos momentos o quanto a colaboração é necessária para o sucesso do trabalho realizado junto aos alunos atendidos, destacando que sem essa parceria é difícil que esse sucesso seja alcançado.

No que se refere ao trabalho de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, as professoras reconhecem que há um esforço da assessora responsável pela região em se fazer presente e atender as demandas das escolas.

Nas entrevistas, a maior parte das profissionais afirmou considerar a rede de apoio insuficiente para a demanda existente na rede municipal e que há alunos desassistidos. Embora exista a oferta de serviços em diferentes espaços, muitas vezes é necessário esperar um longo tempo para receber o atendimento pretendido, podendo-se estender por anos a espera. As professoras questionam essa desassistência e mostram insatisfação ao acompanhar situações de alunos que necessitam de atendimento e que, por vezes, não o recebem.

Em relação à participação das famílias no processo de acompanhar os alunos atendidos, algumas professoras queixam-se de que poderia haver mais envolvimento por parte dos familiares. No entanto, todas consideram que há famílias muito comprometidas, ao passo que há as que não se envolvem ou não reconhecem a importância do trabalho realizado pelo AEE.

As professoras destacam que a educação especial no município está em processo de crescimento, avaliando que se encontram em uma caminhada e há progressos a cada ano. Esse entendimento é compartilhado pela maior parte das entrevistadas, que percebem a evolução das escolas em relação aos processos inclusivos, acreditando que o trabalho que desenvolvem ajudou e ainda ajuda a construir uma realidade mais inclusiva no contexto do município.

Acredito que pude alcançar o objetivo proposto para a pesquisa, conhecendo mais a realidade do município no que diz respeito à educação inclusiva. No processo

de pesquisa e análise, construí uma reflexão acerca do tema que permite considerar que há aspectos muito positivos em relação às questões que permearam a pesquisa, assim como há pontos a serem melhorados.

Pude vislumbrar pelas falas das professoras um comprometimento com o trabalho realizado e reconhecimento da responsabilidade no que se refere ao papel do AEE na escola. Em diferentes momentos, pude perceber o quanto estas profissionais exercem o papel de promover a educação inclusiva nas escolas, buscando construir uma realidade em que todos os alunos possam aprender, cada um com suas limitações e potencialidades.

Este comprometimento pode ser percebido tanto pelo conteúdo das falas, quanto pela disponibilidade em falar sobre o próprio trabalho, onde destaco a receptividade das professoras em conceder as entrevistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BAPTISTA, Claudio. Ação Pedagógica e Educação Especial: A Sala de Recursos como Prioridade na Oferta de Serviços Especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 17, 2011

BENINCASA, Melina. **Educação Especial e Educação Infantil: uma análise de serviços de apoio especializado no município de Porto Alegre**. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 2009.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto Federal nº6.571, de 17 de setembro de 2008**. Diário Oficial da União, 18 de setembro de 2008.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: jun 2012.

_____. **Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&Itemid=596. Acesso em: jun 2012.

BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Processos de Identificação e Diagnóstico: os Alunos com Deficiência Mental no Contexto do Atendimento Educacional Especializado**. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DALENOGARE, Julia da Jornada. **Promovendo a Inclusão Escolar: a Interlocução da Sala de Integração e Recursos com a Equipe Diretiva da Escola**. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DORZIAT, Ana. **O Profissional da Inclusão Escolar em Foco**. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPED (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GT Educação Especial. Caxambu (MG): 2010. Disponível em:<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT15-6086-Int.pdf>. Acesso em: jul 2012.

TEZZARI, Mauren Lucia. **“A SIR chegou...”Sala de Integração e Recursos e a inclusão na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.** Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ZARDO, Sinara Pollom. **A Organização do Atendimento Educacional Especializado no Sistema de Ensino Brasileiro para Jovens com Deficiência: a Ótica dos Gestores de Estado da Educação.** Trabalho apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPED (Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no GT Educação Especial. Natal (RN): 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT15/GT15-1202%20int.pdf>. Acesso em: jul 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTÕES DIRECIONADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. Quais são as principais ações/ políticas na administração da inclusão escolar quanto a:

- Criação de Salas de Recursos- Quais os critérios e especificidades?
- Há políticas de formação continuada de professores?
- Quais as estratégias de ação para acompanhar como está acontecendo nas escolas a política de inclusão proposta pela secretaria municipal?
- Alinhamento com a política federal de educação especial?

2. Como se dá o investimento em recursos humanos e infra-estrutura exigidos pela inclusão escolar?

Informações estatísticas atuais

3. Número de alunos com NEE ou deficiências:

- () Baixa visão
- () Cegueira
- () Surdocegueira
- () Deficiência múltipla
- () Deficiência física
- () Deficiência mental
- () Transtornos Globais do Desenvolvimento
- () Síndrome de Down
- () Altas Habilidades/ superdotação
- () Outros

Espaços, serviços e recursos

4. Número total de escolas que atendem alunos com deficiência

5. Número de Classes Especiais

6. Número de Salas de Recursos

7. Número de Salas de Recursos por deficiências

8. Número de escolas com alunos incluídos

9. Serviços de natureza multidisciplinar oferecidos (serviços de assistência social, saúde, terapia ocupacional, psicopedagogia, etc.)

Professores

10. Total de professores especializados em Educação Especial

() graduados

() pós-graduados

11. Quais os critérios para selecionar os professores que atuam em Salas de Recursos?

Gestão

12. A secretaria constitui uma política (diretrizes, legislação, etc.) voltada à educação inclusiva?

13. A secretaria tem algum setor /órgão responsável pela gestão da educação especial?

14. A secretaria tem um sistema de conhecimento, acompanhamento e análise da demanda de alunos com deficiência, além da informação censitária escolar?

15. A secretaria oferece transporte adaptado aos alunos que apresentam dificuldades de locomoção?

16. Quais instituições privadas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva em educação especial no município, são apoiadas técnica e financeiramente pela rede municipal, no atendimento aos alunos com deficiência? (repasse de verbas, cedência de professores, etc.)

APÊNDICE B

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES DAS SALAS DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

1. Formação do profissional
Graduação:
Pós-graduação:
2. Quantos alunos atende na sala de recursos multifuncionais?
3. Quais as tipologias de alunos atendidos?
4. Como é realizado o diagnóstico destes alunos?
5. Descreva o trabalho realizado no AEE:
 - *Triagem de alunos
 - *Atendimentos: individuais? Em grupos? Duração? Frequência? Atividades desenvolvidas?
 - *Acompanhamento dos alunos em outros espaços da escola?
 - *Conversas e articulações com os professores de sala de aula?
6. De que forma percebe a interlocução do trabalho do AEE com o trabalho da escola como um todo?
 - *Acolhimento dos alunos
 - *Trocas com os professores de sala de aula e equipe diretiva.
 - *Reconhecimento da função e importância do AEE na escola.
7. Como as famílias participam do processo?
8. Como percebe o funcionamento da rede de apoio e o suporte realizado pela Secretaria Municipal de Educação?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa tem por objetivo analisar as concepções e práticas de educação especial no município de Novo Hamburgo, com o enfoque na percepção dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais sobre o trabalho que realizam e a articulação do mesmo com os demais espaços das escolas em que atuam.

Trata-se de uma pesquisa para o curso de especialização como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Processos Inclusivos de Anelise Schütz, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob a orientação do Professor Claudio Roberto Baptista.

Eu, _____, concordo com a utilização do conteúdo da entrevista concedida por mim na pesquisa e publicação, sob a condição de anonimato.

Anelise Schütz

Assinatura da participante da pesquisa

Novo Hamburgo, ____ de _____ de 2012